

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru (SP): Edusc, 2003.

JANAÍNA ALEXANDRA CAPISTRANO DA COSTA\*

Traduzida pela primeira vez para o português, depois de quase quarenta anos da sua primeira publicação nos Estados Unidos, *As origens ideológicas da Revolução Americana* é numa obra reveladora de um movimento no qual teoria e práxis, travando uma relação de mútua transformação, engrenaram o processo revolucionário norte-americano.

Para Bernard Bailyn, o autor da obra, esse processo estaria compreendido no período decorrido entre 1763 e 1776, prelúdio da emancipação e das primeiras constituições da América do Norte. Durante esse ínterim, ter-se-ia desencadeado uma dinâmica revolucionária, na qual a posição dos colonos em face da administração inglesa teria transitado de um primeiro momento marcado pela reação defensiva a um segundo momento caracterizado pela reação ofensiva, esta última culminada na declaração da Independência. O trajeto intelectual traçado pelos atores locais entre esses dois momentos, aparentemente inerentes a qualquer processo revolucionário, desvelaria uma relação entre apreensão subjetiva dos acontecimentos, a formulação de uma teoria política original e sua aplicação na realidade. O autor deseja demonstrar que esse caminho somente teria desembocado na concepção do liberalismo político e do modelo republicano baseado na democracia representativa e na separação de poderes porque a realidade singular do espaço norte-americano foi interpretada, e logo transformada, com respaldo em um

ideário formado por elementos herdados do pensamento político e social ocidental coordenados pelo pensamento de oposição inglês originado da guerra civil inglesa.

Para testar essa hipótese, Bailyn serviu-se do instrumental da história do discurso e de uma abordagem contextualista da história. Seguindo essa metodologia, o primeiro procedimento adotado pelo autor foi debruçar-se sobre um vasto conjunto de documentos históricos produzidos durante 1763 e 1776, os panfletos norte-americanos. Dentre as inúmeras formas de expressão escrita utilizadas pelos colonos norte-americanos nesse período, teriam sido publicados sobretudo panfletos, pois eles eram mais fáceis de serem produzidos e adquiridos, daí a sua importância e riqueza como fonte primária. Esses documentos, sublinha Bailyn, continham, em sua maior parte, textos interpretativos e debates gerados em torno dos acontecimentos da época, tais como a Lei do Selo, o Massacre de Boston, a Tea Party etc.

Dada a perspectiva analítica assumida na obra, os sujeitos históricos considerados seriam os autores dos panfletos, aos quais o autor se refere, desde o início da obra, pelo termo colonos. Essa expressão talvez pudesse ser associada ao fato de que, tal como observa Bailyn, os autores dos panfletos americanos não eram escritores ou teóricos profissionais e, dentre eles, os que teriam chegado mais próximo desse profissionalismo seriam os tipógrafos, mas, em geral, eram trabalhadores comuns, comerciantes e proprietários limitados aos seus negócios.

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. E-mail: janainac@fclar.unesp.br

Contudo, mesmo relevando tal aspecto, é difícil imaginar que o número de autores dos textos panfletários fosse diretamente proporcional ao da massa de colonos na América. Considerando o mínimo necessário para a produção e circulação dos panfletos, embora não fossem profissionais, seus autores e leitores deveriam ser minimamente instruídos e ter acesso aos meios de produção e circulação desse material, o que poderia excluir os colonos como um todo.

Porém, nota-se que esta é uma questão não resolvida na obra. Quem eram exatamente os autores dos panfletos? A que estrato social pertenciam?

Sem respostas, o leitor é induzido a pensar que todos os membros da colônia se expressaram pelos panfletos e, portanto, teriam participado ativamente da formulação e propagação da ideologia da revolução. Observa-se, assim, um certo esforço do autor no sentido de auferir uma gênese por natureza democrática – como o conceito povo exemplificaria se já houvesse objetivamente a nova nação no interlúdio analisado – à ideologia da revolução e ao paradigma político liberal. Isso se torna ainda mais evidente quando esse mesmo grupo de pessoas é denominado ao longo da obra pelas expressões: norte-americanos, colonos, líderes da revolução e autores dos panfletos.

Mas como esta resenha não pretende, e nem poderia, solucionar o problema de quem eram esses autores, e se eles corresponderam realmente a todos os habitantes da colônia inglesa na América, textualmente foram utilizadas as mesmas definições propostas pelo autor.

Analisando o conteúdo do material empírico, Bailyn pôde encontrar referências às idéias providas pelos pensadores da Antiguidade clássica, do racionalismo iluminista, do direito consuetudinário inglês e do puritanismo. Além disso, notou que cada uma dessas vertentes recebia dos autores dos panfletos um tratamento diferenciado.

O pensamento clássico, por exemplo, parecia representar antes de tudo uma referência a um modelo ideal de sociedade.

O racionalismo iluminista, por sua vez, contribuiria para fundamentar, em termos

racionais, as objeções realizadas à imposição de um quadro de instituições e costumes identificados com o Antigo Regime.

Ainda mais influente que essas duas correntes de pensamento, teria sido o direito consuetudinário inglês. Os panfletos teriam subtraído dessa fonte teórica a sua valorização dos costumes e da tradição como fontes de um saber impossível de ser alcançado pela razão, e que, portanto, representariam arcabouços de experiências fundamentais para a formulação de explicações sobre os acontecimentos do devir histórico. Mas os costumes e a tradições, mesmo sendo determinantes quando se tratou de apreender a realidade, não o teriam sido no momento de conceber proposições teóricas com intenção prática e sentido de transformação.

Já sobre o puritanismo, Bailyn observa que, diferentemente do que comumente se teria pensado sobre seu papel na América na condição de referência teórica, essa tradição de pensamento estava restrita àqueles que continuavam a entender o mundo em termos teológicos. Essa restrição ocorria porque, ao pressupor que o homem estava inabilitado para melhorar suas condições de vida separando os princípios da política dos desígnios divinos, o ideário puritano contradizia as bases de boa parte do pensamento político e social vigorante naquele período histórico. Sendo assim, o que mais teria determinado o protagonismo desse ideário na formação da ideologia da revolução seria a explicação que oferecia para a colonização da América pelos ingleses, associando-a a um evento designado pelas mãos de Deus para satisfazer seus fins últimos.

Entretantes, para o autor, o mais importante aspecto relacionado a essas contribuições seria o fato de elas encontrarem-se imbricadas pelo pensamento provido pelos escritos do grupo político de oposição inglês chamado Whigs.

De acordo com Bailyn, essa literatura de oposição constituir-se-ia no cimento que uniria aqueles elementos teóricos dispersos, formando a ideologia da revolução sobre o terreno dos acontecimentos políticos e sociais ocorridos após 1763.

O alicerce dessa ideologia estaria formado pela convicção de que o mundo público estava

dividido entre poder e liberdade, e tal convicção serviria de base para todas as posteriores conclusões sobre a vida nas colônias norte-americanas, bem como sobre a controvérsia anglo-norte-americana. Para os colonos, o poder tinha um caráter agressivo e uma tendência a expandir-se ameaçando a liberdade, sua fronteira primeira. Tal fronteira era vista como um bem inerente às sociedades onde o poder legítimo era criado pelos acordos voluntários, e de inteira responsabilidade dos que selavam tais acordos.

Segundo Bailyn, o debate entre os líderes da revolução acerca desse tema teria gerado, por um lado, a certeza de que, por trás de toda cena política, existiam determinados mecanismos que distribuíam e controlavam o poder e, por outro lado, a confiança de que a Constituição inglesa representava esses mecanismos ao confinar os poderes da realeza, da nobreza e dos comuns em esferas de governo distintas.

No entanto, a unidade territorial e social relevada nesse raciocínio era a Inglaterra, logo, quando se considerou o império de comunidades formado pela metrópole e suas colônias, concluiu-se que os dispositivos do direito inglês não asseguravam a igualdade e a liberdade, pois os norte-americanos não podiam eleger seus representantes no Parlamento da Inglaterra. Sendo assim, a divisão de poder parecia aos colonos ultrapassar a linha limítrofe dos direitos naturais do homem.

Portanto, se esse Parlamento não zelava por tais direitos, estava posta em xeque a legitimidade de sua jurisdição na América. Localmente, isso lançaria uma centelha de desobediência, engrenando o que Bailyn chamou de "a lógica da rebelião".

No bojo dessa lógica, conceitos como representação, consenso, constituições, direitos e soberania seriam, por fim, questionados, modificados e refinados, segundo o autor. Essas transformações teriam impellido os líderes da revolução a exigirem amplas reformas institucionais no sentido de preservar os direitos naturais do homem, mas a administração inglesa jamais cederia nesse aspecto.

Assim, teria ficado evidente que o cerne da controvérsia anglo-norte americana não dizia respeito à divisão social, mas, sim, a como o funcionamento dos ramos de governo poderia

preservar os direitos dos colonos. Segundo Bailyn, essa mudança na forma de conceber as bases sociais da política implicou finalmente a tendência realista do pensamento político constitucional norte-americano.

[...] Sendo-lhes negadas, pela urgência de novos problemas, as satisfações de elaborar abstrações familiares os norte-americanos avançaram pouco a pouco em direção àquele realismo duro e claro em termos de pensamento político que alcançaria sua realização uma década mais tarde na formação do governo nacional e encontraria sua expressão clássica em *The federalist*. No processo, a moderna doutrina americana da separação de poderes seria elaborada e o conceito de democracia transformado. (Bailyn, 2003, p. 266-267)

Bailyn observa que, em 1774, pela primeira vez os panfletos teriam expressado que o momento de concretizar a predestinação dos norte-americanos como povo escolhido finalmente tinha chegado. Ao não aceitar a idéia de divisão da soberania proposta pelos colonos para que, dessa forma, lograssem representatividade política, a Inglaterra veria sucumbir seu status de metrópole quando evocada a soberania de uma vez por todas na América em 1776.

Por fim, como resultado dos procedimentos metodológicos adotados pelo autor na análise do processo revolucionário norte-americano, são apresentados ao leitor os fatos históricos que eram absorvidos e criados pelos colonos, ao mesmo tempo em que se demonstra, com base no material empírico, como eles formulavam, e reformulavam, sua maneira de pensar a política e a sociedade.

Em *As origens ideológicas da Revolução Americana*, o leitor toma contato com uma forma de explanação que o leva a seguir todos os caminhos e meandros percorridos pelas reflexões e vivências geradas de 1763 a 1776 entre os colonos e, por conseguinte, é convencido intimamente da idéia de que o processo revolucionário norte-americano seria caracterizado mais por uma luta ideológica, constitucional e política e menos por uma luta entre grupos sociais com o fim de mudar a organização da sociedade. Tal afirmação parece ser central na obra, pois ela permite atribuir significado e certa

excepcionalidade à revolução. É coerente a esse raciocínio o fato de Bailyn afirmar que a chave para entender a problemática revolucionária seria responder por que, em relação ao contexto específico norte-americano, uma ideologia política profundamente contestatória ter-se-ia formado tão precocemente e permanecido ao mesmo tempo potente e tranqüila durante mais de quinze anos para logo ser levada à máxima potência tanto em termos teóricos como práticos.

Segundo Modesto Florenzano, que escreve a apresentação para a edição brasileira da obra, Bailyn é um dos estudiosos contemporâneos que buscam resgatar a tradição do humanismo cívico e do republicanismo clássico no pensamento inglês e demonstrar sua influência na Revolução da Independência norte-americana. E, além disso, Florenzano sublinha que a perspectiva seguida pelo autor pôde abrir a possibilidade de que a história de um evento dado como ponto pacífico por um conjunto de analistas seja novamente conduzida à imprevisibilidade.

Dito de outra forma, que a história da Revolução norte-americana seja reinterpretada, agora não mais como o marco inicial de uma era de revoluções, como recorrentemente foi compreendida, mas sim como a concretização de uma forma de conceber a política característica do período renascentista e que teve até então sua máxima expressão no pensamento de oposição da guerra civil inglesa e da Revolução Gloriosa.

Uma outra referência que vai nessa mesma direção é a de Negri (2002), que, ao citar a mencionada obra, denota que Bailyn figura dentre os autores que, em suas interpretações sobre a Revolução Americana, concebem esse evento como o marco histórico do fim da política clássica.

Para Negri (2002), o rompimento com a forma clássica de conceber a política poderia ser compreendido como um desligamento histórico em relação à concepção polibiana de sucessão dos tempos históricos, a qual pressunha que as diferentes realidades dos diferentes países teriam de transitar pelas mesmas etapas de desenvolvimento pelas quais haviam passado as realidades mais avançadas para, finalmente, alcançar esses estágios. Teria sido ao conceber que seu espaço e tudo o que caracterizava a vida nas colônias era perfeitamente compatível

com as instituições e o direito ingleses, e isso como iguais na determinação do poder e não como apenas subordinados a ele, que os norte-americanos romperiam com essa idéia de sucessão.

É possível enfatizar ainda no que diz respeito a esse aspecto que os norte-americanos teriam ido além do mencionado rompimento – eles teriam ultrapassado sua linha histórico-temporal e transformado-se em vanguarda.

Vislumbrando dessa forma a passagem da condição de colônia para a condição de nação na América, Negri (2002) observa que finalmente os colonos instituíram ao povo a “possibilidade indefinida de diferenciação na expressão do poder”, na medida que refutaram a Constituição inglesa com seu funcionamento baseado no equilíbrio entre as três ordens sociais que dividiam a sociedade, ou seja, a típica divisão classista da política clássica (Negri, 2002, p. 213). Mas teria sido a emancipação a máxima expressão da ideologia da revolução? Teria sido o ato da separação em si ou da soberania evocada? A resposta de Bailyn a essas perguntas é negativa.

Para o autor, a expressão final dessa ideologia foi a Constituição norte-americana de 1789, pois, no conteúdo dessa Carta, além de estarem presentes os resultados da interação entre a maturação de idéias e atitudes dos colonos e as implicações disso em suas vidas diárias durante a década anterior à ratificação do documento, também seria possível identificar o aspecto reformador do processo revolucionário em tela.

Segundo Bailyn, esse aspecto presente na Constituição corrobora o que os panfletos teriam demonstrado em anos anteriores, ou seja, que a intenção de realizar uma ruptura definitiva no campo das idéias e no campo político institucional jamais existiu. O que mais teria se aproximado à ruptura seriam as propostas antifederalistas, mas, afinal, o ímpeto reformador assumido pelos federalistas acabou prevalecendo. De 1763 a 1776 as fontes da ideologia da revolução seriam reavaliadas, reaplicadas e atualizadas, dando origem a uma nova concepção de política, embora este não fosse o objetivo final, afirma o autor.

Elendo quais seriam os aspectos da vida real que comporiam o ideal da nova sociedade

a ser criada nas colônias inglesas, nas palavras do autor, os colonos “não abandonaram a caverna [...] eles a reformaram” [...], pois “o passado teria que ser sepultado e não rejeitado [...]” (Bailyn, 2003, p. 330)

Foi assim que os federalistas corrigiram a caverna [...], modernizaram-na [...], demonstraram onde estavam os obstáculos [...] e assim podemos avançar dando voltas e bater as asas em vôos curtos, descer e nos elevar em cursos perfeitos através do ar mais negro. Nesse espírito nós também – na mais feliz inteligência – podemos continuar a corrigir a caverna. (Bailyn, 2003, p. 332)

Finalmente, a abordagem contextualista utilizada por Bailyn define quais foram os obstáculos objetivos para os colonos e como eles, ideologicamente, puderam transformar seu espaço. No entanto, o leitor poderá observar que a gênese do pensamento político liberal, assim apresentada, lhe atribui capacidades restritas ao

espaço da caverna, e isso talvez não o permita ampliar-se e ajustar-se a outras paisagens modificando-se e garantindo ao mesmo tempo sua eficácia. É um pensamento idiossincrático, e o que pode acontecer quando esse aspecto não é relevado é que outros territórios, outras realidades sejam vistas também como obstáculos que necessitam ser remodelados. Nesse caso, não haveria, além das fronteiras apresentadas pelas paredes da caverna, lugares onde a ideologia liberal norte-americana pudesse ajustar-se através de uma simbiose com elementos locais, mas, sim, e talvez somente, “corrigir”.

#### Referências

- BAILYN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. Bauru: Edusc, 2003.
- NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DpeA, 2002